

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

(Processo Administrativo nº 206/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos odontológicos e médicos hospitalares, com o objetivo de atender às demandas de serviços e melhorar o atendimento prestado aos pacientes pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - AMPLA CONCORENCIA						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29832900478330	<p>AUTOCLAVE HORIZONTAL HOSPITALAR – 300 A 360 LITROS</p> <p>Descrição Geral: O equipamento deverá ser projetado e construído para ser utilizado em hospitais, clínicas médicas e centros de saúde, com a finalidade de esterilizar materiais e utensílios diversos. Deverá ser de procedência nacional e registrado no Ministério da Saúde. A fabricação deverá seguir as normas vigentes, como ABNT NBR ISO 11816:2003, ABNT NBR ISO 17665-1:2010, e atender às exigências regulatórias da NR-13. Deverá também cumprir os padrões internacionais de qualidade, como ABNT NBR ISO 9001:2008, ABNT NBR ISO 13485:2012 e as boas práticas de fabricação exigidas pela ANVISA (RDC 16).</p> <p>Características Principais: Capacidade nominal da câmara: 360 litros. Dimensões internas: Aproximadamente 60x60x100 cm (AxLxP). Dimensões externas aproximadas: 179x84x127 cm (AxLxP). Tipo/Número de portas: Duas portas com volante central para fechamento hermético. Potência: 27KW. Tensão: 220 V Trifásico. Funcionamento: Através de gerador elétrico acoplado. Secagem: Por bomba de vácuo com potência mínima de 3,0 HP.</p> <p>Instrumentos e Comandos:</p> <p>Deverá possuir um comando automático microprocessado com 8 programas pré-definidos para esterilização, como Pacotes, Instrumentais, Líquidos/Vidraria, Termo Sensíveis,</p>	1	UN	269.333,33	269.333,33

		<p>Teste de Bowie Dick e Ciclo Flash, além de dois programas livres personalizáveis. O controle de temperatura deverá permitir configuração de 90 a 135°C e o tempo de esterilização e secagem deverá ser ajustável até 99 minutos. A visualização dos parâmetros deverá ocorrer por meio de um display LCD com teclado numérico e teclas de função. Deverá possuir entradas analógicas para sensor PT-100 e controle de pressão/vácuo, e saídas digitais para controle de válvulas e bombas.</p> <p>Câmaras:</p> <p>A câmara interna deverá ter formato retangular e ser fabricada em aço inoxidável AISI 316L, com acabamento polido sanitário. A câmara externa deverá ser em aço inoxidável AISI 304, ambas com isolamento térmico por lã de rocha aluminizada. As portas deverão ser fabricadas em aço inoxidável, com fechamento hermético por guarnição de silicone e acionadas por volante central.</p> <p>Segurança:</p> <p>O equipamento deverá possuir sistemas de segurança, incluindo trava mecânica que impeça a abertura das portas sob pressão, válvulas de segurança para alívio de pressão, pressostato de segurança e controle de nível de água para proteção das resistências. Deverá ser dotado de válvulas manuais para descarga de vapor em casos de emergência.</p> <p>Funcionamento e Abastecimento:</p> <p>O equipamento deverá ser alimentado por um gerador de vapor fabricado em aço inoxidável AISI 304, com abastecimento automático por bomba de água. Deverá possuir sistema de vácuo para operações de pré-vácuo e secagem, com bomba capaz de realizar as operações mesmo com o gerador pressurizado.</p> <p>Estrutura:</p> <p>O gabinete deverá ser fabricado em armação de cantoneiras SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e pintura esmalte, e o revestimento externo em chapas de aço inoxidável escovado. O painel de controle deverá estar localizado</p>				
--	--	--	--	--	--	--

		na parte superior do equipamento, com ventilação forçada para acomodar os instrumentos de medição e controle. Observações Importantes: Verificar se todas as especificações atendem às normas de fabricação exigidas. Fornecer garantia mínima de 12 meses e assistência técnica permanente. O descritivo não deve direcionar para marcas específicas, portanto, sugere-se a inclusão de no mínimo três marcas que atendam às especificações solicitadas. Requisitos adicionais: O equipamento deverá possibilitar a comunicação com impressora opcional via RS-232, permitindo o registro dos ciclos realizados. Marcas Sugeridas: • PHOENIX LUFERCO, • STERICLAV, • SERCON, • CRISTÓFOLI. • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR.				
2	29832905 456628	MONITOR MULTIPARÂMETRO Tipo Pré-configurado/Modular Parâmetros Monitorados: ECG (eletrocardiograma), PNI (pressão não invasiva), PI (índice de perfusão), SpO2 (saturação de oxigênio), Temperatura (esofágica/retal), Respiração (Resp), DC (débito cardíaco). Registro de Dados: Capacidade para exibir no mínimo 8 curvas simultâneas. Tela: Tela LCD de aproximadamente 15 polegadas, com alta resolução. Características Adicionais: Conectividade de rede integrada. Alarmes ajustáveis para parâmetros críticos. Indicado para uso em pacientes neonatais, pediátricos e adultos. Itens Inclusos: 01 Cabo de paciente de 5 vias (ECG), 01 Sensor de oximetria de pulso (SpO2), 01 Sensor de temperatura esofágico/retal, 01 Manguito adulto para pressão arterial, 01 Cabo de força, 01 Bateria interna recarregável, Manual de instruções e certificado de garantia. Marcas Sugeridas: • MINDRAY	3	UN	34.337,98	103.013,94

		<ul style="list-style-type: none"> • GE HEALTHCARE • EDAN • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR. 				
3	29832934 416904	<p>VENTILADOR PULMONAR PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA (UTI)</p> <p>Especificações Técnicas: O ventilador pulmonar deverá ser eletrônico e possuir monitor touchscreen de 17". Deverá ser controlado por microprocessador e permitir uma ampla gama de modos de ventilação, adequados para pacientes adultos, pediátricos e neonatais. O equipamento deve oferecer recursos avançados de mecânica ventilatória para o diagnóstico e tratamento de pacientes em estado crítico.</p> <p>Modos Operacionais:</p> <p>Adulto/Pediátrico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • VCV Assistido/Controlado • PCV Assistido/Controlado • PSV/CPAP • PRVC • SIMV (VCV) + PSV • SIMV (PCV) + PSV • MMV + PSV • PSV + Volume Corrente Garantido • Pressão Bifásica (APRV+BIPAP) • Ventilação Não Invasiva (VNI) <p>Neonatal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • VCV Assistido/Controlado • PCV Assistido/Controlado • PSV/CPAP • SIMV (PCV) + PSV • Fluxo Contínuo • CPAP nasal <p>Alarmes Programáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pressão máxima • Pressão mínima • Minuto exalado máximo e mínimo (Volume) • Volume Máximo Expirado da Maré • Volume Mínimo Expirado da Maré • Frequência Respiratória Máxima • Apneia • PEEP • FiO2 <p>Alarmes Automáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciclo Interrompido • Relação I 	2	UN	117.336,43	234.672,86

		<ul style="list-style-type: none"> • Invertida • Falha de Energia • Falha de Pressão de Ar/O2 • Bateria fraca <p>Características Adicionais: O ventilador pulmonar deve ser adequado para pacientes adultos, pediátricos e neonatais. Capacidade de realizar oxigenoterapia com ajustes finos de fluxo. Bateria interna com autonomia mínima de 6 horas para suporte contínuo em caso de falha de energia. Deve permitir a monitoração contínua do paciente, oferecendo diagnósticos ventilatórios detalhados. Aplicações: Equipamento projetado para utilização em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), garantindo suporte ventilatório avançado e completo para cuidados intensivos. Outras Características: Deve estar em conformidade com normas de segurança e certificação aplicáveis, com garantia mínima de 1 ano e suporte técnico disponível. Marcas Sugeridas: • PHILIPS RESPIRONICS • LEISTUNG • MINDRAY • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR</p>				
TOTAL						607.020,13
Lote: 2 - COTA RESERVADA ME-EPP						
Item	Código do produto/ Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1-4	29832905 456628	<p>MONITOR MULTIPARÂMETRO</p> <p>Tipo Pré-configurado/Modular</p> <p>Parâmetros Monitorados: ECG (eletrocardiograma), PNI (pressão não invasiva), PI (índice de perfusão), SpO2 (saturação de oxigênio), Temperatura (esofágica/retal), Respiração (Resp), DC (débito cardíaco).</p> <p>Registro de Dados: Capacidade para exibir no mínimo 8 curvas simultâneas.</p> <p>Tela: Tela LCD de aproximadamente 15 polegadas, com alta resolução.</p>	1	UN	34.337,98	34.337,98

		<p>Características Adicionais: Conectividade de rede integrada. Alarmes ajustáveis para parâmetros críticos. Indicado para uso em pacientes neonatais, pediátricos e adultos.</p> <p>Itens Inclusos: 01 Cabo de paciente de 5 vias (ECG), 01 Sensor de oximetria de pulso (SpO2), 01 Sensor de temperatura esofágico/retal, 01 Manguito adulto para pressão arterial, 01 Cabo de força, 01 Bateria interna recarregável, Manual de instruções e certificado de garantia.</p> <p>Marcas Sugeridas: • MINDRAY • GE HEALTHCARE • EDAN • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR.</p>				
TOTAL						34.337,98
Lote: 3 - EXCLUSIVO ME-EPP						
Item	Código do produto/Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1-5	32281482050	FOCO AUXILIAR Luminária flexível com lâmpada, estrutura em tubo redondo de 1" X 1,20mm. Com anel de fixação, haste flexível e cromada, pés em ferro fundido, acabamento em pintura epóxi, altura aproximada de 1,10cm e máximo de 1,60cm. O fio de alimentação elétrica deve ter no mínimo 1,30m. Acompanha lâmpada de 110 v.	20	UN	426,73	8.534,60
2-6	29832901480953	LAVADORA ULTRASSÔNICA DIGITAL - CAPACIDADE 50 LITROS Capacidade e Funções: Equipamento automático para limpeza de instrumentais médicos. Capaz de processar no mínimo 20 instrumentais, sendo 10 conexões Luer Lock e 10 universais. Volume útil do tanque de 50 litros. Equipado com sistema de bombas que garantem a limpeza eficaz de materiais com diâmetros internos a partir de 1 mm e comprimentos variáveis. Dimensões: Dimensões externas aproximadas: Altura 640 mm x Largura 700 mm x Profundidade 530 mm, com	1	UN	44.963,50	44.963,50

		<p>variação permitida de até 5% para mais ou para menos.</p> <p>Sistema Ultrassônico: Frequência ultrassônica mínima de 40 kHz ou superior, com controle automático. O equipamento deve ser capaz de lavar, além de instrumentos ociosos, outros instrumentos dispostos no cesto. Temporização microprocessada dos ciclos de trabalho, com opções de 5 a 30 minutos no modo aquecido e 5 a 60 minutos em modo não aquecido.</p> <p>Programação e Controle: Mínimo de 3 programas de limpeza com parâmetros ajustáveis, como tempo e temperatura de pré-lavagem, tempo e temperatura de limpeza, e concentração do detergente. Sistema de dosagem automática de detergente. Controle de aquecimento com temperatura ajustável até 65°C, sem contato direto da resistência com o cesto, preservando a ação ultrassônica.</p> <p>Materiais de Construção: Estrutura do equipamento e tanque de limpeza fabricados em aço inoxidável AISI 304, garantindo resistência química. Tampa em aço inoxidável ou acrílico, com função de retenção de calor e redução de ruído.</p> <p>Segurança e Automação: Sensor de abertura da tampa com sistema de interrupção automática do funcionamento ao abrir, retomando o ciclo do ponto inicial. Sistema de enchimento, escoamento e dosagem de detergente automáticos, com sensor para falta de detergente. Sistema de geração de ultrassom que garante cavitação uniforme em todas as partes do tanque.</p> <p>Alarmes de nível baixo de água e tampa aberta.</p> <p>Rastreabilidade e Monitoramento: Possibilidade de rastreabilidade dos ciclos de limpeza por meio de saída USB ou conectividade via Wi-Fi/aplicativo, com licença livre. Informações disponíveis no display: número do equipamento, número de carga, fases do ciclo, data e hora programadas.</p> <p>Alimentação Elétrica: Alimentação em 220 Volts.</p> <p>Outros Requisitos: O equipamento deve apresentar registro no Ministério da</p>				
--	--	--	--	--	--	--

		<p>Saúde e comprovar registro na ANVISA, conforme legislação vigente. Não será aceita tecnologia híbrida (jatos de ultrassom e termodesinfecção).</p> <p>Acessórios: O fornecimento deve incluir todos os acessórios necessários para o completo funcionamento do equipamento, conforme especificações acima.</p> <p>Marcas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CRISTÓFOLI • SANDERS • BIO-ART • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR. 				
3-7	29832902 478713	<p>LUMINÁRIA DE MESA FLEXÍVEL COM LUPA</p> <p>Tipo: Portátil, Formato: Redondo, Faixa de Ampliação: De 2x a 14x, Características Adicionais: Braço ajustável/dobrável, com dois níveis de iluminação controláveis independentemente Tensão: 110 V, Material: Plástico</p>	3	UN	410,73	1.232,19
4-8	29832903 482054	<p>FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR PORTÁTIL</p> <p>Cúpula: 1 cúpula, Lâmpada: LED com vida útil mínima de 50.000 horas, Luminosidade: Aproximadamente 160.000 lux, Articulação: Cúpula e braço articuláveis, Estrutura: Haste metálica rígida com pintura epóxi, Base: Metálica e plástica, equipada com rodízios, Recursos Adicionais: Ajuste de sombra, diâmetro da luz e dimmer, Alimentação por bateria com 24 LEDs</p>	1	UN	30.248,69	30.248,69
5-9	29832904 480719	<p>CARDIOVERSOR (ECG e DESF)</p> <p>Dimensões com pás 30,0 cm (largura). - 21,5 cm (profundidade). - 28,0 cm (altura). • Peso - Aparelho 5,15 Kg. - Bateria Li-Ion - 0,60 Kg. - Pás externas - 0,85 Kg. - Equipamento completo (bateria Li-Ion) 6,60 Kg (exceto PANI). • Elétrico - AC: 100 a 220 VAC, 50/60 Hz. - DC externo: 11 a 16 VDC. • Bateria recarregável removível - Tipo: Li-Ion, 14,4 VDC 4 A/h. - Duração da bateria com carga plena: 3 horas em modo monitor, sem impressora ou um mínimo de 140 choques em 360 J ou um mínimo de 200 choques em 200 J. - Tempo de carga</p>	2	UN	35.246,63	70.493,26

		<p>completa da bateria (completamente descarregada): 4h 30min Tipo: Li-Ion, 14,4 VDC 6 A/h. - Duração da bateria com carga plena: 6,5 horas em modo monitor, sem impressora ou um mínimo de 250 choques em 360 J ou um mínimo de 400 choques em 200 J. - Tempo de carga completa da bateria (completamente descarregada): 7h 20min</p> <ul style="list-style-type: none"> • Memória - Tipo: Flash Nand. - Capacidade: 2 Mbytes. - Pacientes armazenados: > 150 pacientes. - ECG: gravação de 2 horas contínuas da curva de ECG (quando o modo DEA está ativo). - Armazenagem: 15 segundos de ECG quando em choque, alarme fisiológico e eventos do painel. • CTR – Checagem em Tempo Real (disponível quando equipado com bateria opcional tipo Li-Ion): - Auto-diagnóstico de desfibrilação, nível de bateria, pás conectadas e verificação da ligação do aparelho à rede elétrica. Checagem realizada em 3 horários pré-configurados. Transmissão destas informações, sem fio, para PC com software do Sistema CTR instalado e ao alcance da rede. ESPECIFICAÇÕES AMBIENTAIS • Temperatura - Operacional: 0 a 50 °C. Armazenamento: -20 a 50 °C. • Umidade - Operacional: 10 a 95% RH (sem condensação). Armazenamento: 10 a 95% RH (sem condensação). • Índice de proteção - IPX1 (padrão) ou IP44 (opcional). <p>DESFIBRILADOR • Forma de onda - Exponencial truncada bifásica. Parâmetros de forma de onda ajustados em função da impedância do paciente. • Aplicação de choque - Por meio de pás (adesivas) multifuncionais ou pás de desfibrilação. • Desfibrilação adulto/externa - Escalas: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 20, 30, 50, 80, 100, 150, 200, 250, 300 e 360 J (opção de energia entregue limitada em 200 J). Energia máxima limitada a 50 J com pás internas ou infantis. - Comandos: botão de ligar/desligar, carregar, choque, sincronismo. - Seleção de energia: chave seletora no painel frontal. - Comando de</p>				
--	--	---	--	--	--	--

		<p>carga: botão no painel frontal, botão nas pás externas. - Comando de choque: botão no painel frontal, botões nas pás externas. – Comando sincronizado: botão SINC no painel frontal. • Auto sequência de carga - Quando habilitada carrega energias pré-configuradas pelo usuário para o primeiro, segundo e terceiro choques, sem necessidade de alteração manual do seletor. • Tempo máximo de carga na energia máxima - < 6 s com 90% a 100% da mínima tensão de rede especificada. - < 6 s com bateria a plena carga. - < 13 s a partir inicialização do equipamento. • Indicadores de carga - Sinal sonoro de equipamento carregando. - Sinal sonoro de carga completa. - LED nas pás externas e nível de carga indicada no display. • Tamanho dos eletrodos: - Adulto: 10,3 cm x 8,5 cm. Área de contato: 81,9 cm². - Infantil: 4,5 cm x 4,0 cm. Área de contato: 18 cm². • Cardioversão - < 60 ms. • Pás - Adulto e infantil externas (inclusas). - Adulto e infantil internas: (opcionais). - Multifuncionais para marcapasso, monitoração e desfibrilação (opcionais). – Extensão multifunção (opcional). MÓDULO DEA • Características funcionais - Comandos de voz, indicações visuais, instruções de RCP, USB 2.0 para conexão com PC, multi-idíomas. • USB - USB 2.0 para transferência do eletrocardiograma armazenado em modo DEA para um PC compatível. • SoftDEA - Software para visualização dos dados transferidos para o PC. • Tempo máximo de carga – 50 J: 2 segundos. - 150 J: 4 segundos. - 200 J: 6 segundos Módulo Desfibrilador Externo Automático (DEA) • Modo Prevenção de Morte Súbita (PMS)- não possui CTR Marcas Sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PHILIPS • ZOLL • MINDRAY • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR. 				
6-10	29832906406540	BOMBA DE INFUSÃO	6	UN	8.831,57	52.989,42

		<p>Material: Policarbonato, Tipo: Volumétrica (Linear), Administração: Indicada para infusões enterais e parenterais.</p> <p>Características Adicionais: Equipamento deverá possuir alça para transporte. Teclado de membrana para fácil operação.</p> <p>Programação: Programação ajustável em ml/h, gotas e volume/tempo.</p> <p>Alarmes: Equipado com sistema de alarme para alertas de funcionamento e falhas.</p> <p>Acessórios: Permite a fixação de até 3 equipamentos simultaneamente.</p> <p>Dose: Capacidade de ajuste de doses em diferentes unidades: mg, mcg, mmol e mEq. Marcas Sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • B. BRAUN • MINDRAY • BD (BECTON DICKINSON) • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR. 				
7-11	29832907 306486	<p>SELADORA AUTOMÁTICA CONTÍNUA HORIZONTAL PARA SELAGEM DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO</p> <p>Especificações Técnicas: Tipo de selagem: Contínua e horizontal. Pannel de controle: Equipado com ajuste de temperatura de selagem e velocidade da esteira. Operação: Fácil manuseio, permitindo ser operada por uma única pessoa. Sistema de resfriamento: Interno e eficiente, garantindo a qualidade da selagem. Ajustes: Velocidade ajustável. Controle de temperatura ajustável de 0°C a 300°C. Aplicações: Capaz de selar embalagens de diferentes espessuras. Recursos adicionais: Datador integrado e botão de emergência para maior segurança. Tensão: 220 V ou bivolt, frequência de 60 Hz. Material: Estrutura em aço inoxidável ou aço com pintura epóxi, garantindo durabilidade e resistência. Velocidade de selagem: Aproximadamente 10 metros por minuto. Normas: Selagem com resistência conforme a norma ABNT NBR 14990-9. Marcas Sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • DUPLOFLEX • INPAK 	2	UN	6.828,45	13.656,90

		• SELOVAC OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR.				
8-12	29832908 615326	<p>DESFIBRILADOR SEMI-AUTOMÁTICO – DEA</p> <p>Equipamento utilizado para interpretar automaticamente o traçado do ECG da vítima e aplicar, mediante acionamento manual, o choque elétrico necessário para reverter a parada cardíaca em casos de fibrilação ventricular ou taquicardia ventricular.</p> <p>Características Técnicas: Função: Interpretar automaticamente o ECG e aplicar choque manual em casos de fibrilação ou taquicardia ventricular. Dimensões: Máximo de 250x140x300 mm. Onda de Choque: Bifásica com ajuste automático de impedância para uso em adultos e crianças. Energia de Choque: Adultos: Mínimo de 100 J (joules). Crianças: Mínimo de 50 J. Bateria: Não recarregável, de lítio, com capacidade para no mínimo 50 choques ou 6 horas de monitorização contínua. Peso: Conjunto completo (DEA, bateria, bolsa e eletrodos) com peso máximo de 2 kg. Acessórios: Três pares de eletrodos adesivos para adultos. Um par de eletrodos adesivos para crianças. Eletrodos descartáveis, multifuncionais. Bolsa resistente com compartimentos para acessórios. Instruções de Uso: Áudio com comandos claros e ícones visuais autoexplicativos para os procedimentos de RCP. Memória: Registro de ECG contínuo, eventos críticos e procedimentos. Conexão para transferência de dados via porta USB ou infravermelho para sistemas operacionais Windows XP ou superior. Hardware e software para transmissão de dados fornecidos com o equipamento. Autoteste: Realiza testes automáticos periódicos com alerta para bateria baixa e manutenção necessária. Outras Características: Instruções de voz em português, alto-falantes e sinais sonoros. Tempo máximo de carga de choque: 10 segundos. Certificação IP-55 (resistência a poeira e água) e resistência a quedas</p>	4	UN	9.710,92	38.843,68

		de até 1 metro. Atualização de protocolos de procedimentos permitida. Identificação automática de eletrodos adultos e infantis. Garantia mínima de cinco anos para o DEA e seus acessórios. Manual de operação em português. Marcas Sugeridas: • PHILIPS HEARTSTART • ZOLL AED PLUS – • MEDTRONIC LIFEPAK • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR.				
9-13	29832909 410760	CARRO DE EMERGÊNCIA E PARADA Carro de emergência para uso hospitalar e em clínicas especializadas. Especificações Técnicas: Estrutura: Deverá ser fabricado em chapa metálica de aço carbono, com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática texturizada em epóxi. Tampo Superior: Em polímero liso, dividido em dois módulos rebaixados. Rodízios: Equipado com 4 rodízios giratórios para movimentação em 360 graus, sendo dois frontais com freios. Gaveteiro: Composto por 4 gavetas: Uma gaveta com bandeja de 18 divisões para armazenamento de medicamentos. Duas gavetas convencionais para instrumentos. Uma gaveta grande (gavetão) para instrumentos maiores e uso geral. Bandeja Giratória: Suporte com giro livre de 360 graus para desfibrilador/monitor ou cardioversor, com medidas de 45 cm x 35 cm. Sistema Elétrico: Cabo de força tripolar de 2 metros e 4 tomadas (2P+T) para alimentação de diversos equipamentos. Para-choque: Emborrachado em toda a extensão do perímetro lateral. Acessórios Inclusos: Suporte para soro com altura ajustável. Tábua de massagem cardíaca em acrílico. Suporte para cilindro de oxigênio. Duplo sistema de travamento das gavetas: Travamento frontal para lacre ou cadeado. Travamento lateral com fechadura e chave de segurança. Dimensões aproximadas: Altura: 520 mm, Largura: 725 mm, Comprimento: 1095 mm, Peso: 63 kg	5	UN	5.515,37	27.576,85

		<p>Carro de emergência para uso hospitalar e em clínicas especializadas.</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <p>Estrutura: Deverá ser fabricado em chapa metálica de aço carbono, com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática texturizada em epóxi. Tampo Superior: Em polímero liso, dividido em dois módulos rebaixados. Rodízios: Equipado com 4 rodízios giratórios para movimentação em 360 graus, sendo dois frontais com freios. Gaveteiro: Composto por 4 gavetas: Uma gaveta com bandeja de 18 divisões para armazenamento de medicamentos. Duas gavetas convencionais para instrumentos. Uma gaveta grande (gavetão) para instrumentos maiores e uso geral. Bandeja Giratória: Suporte com giro livre de 360 graus para desfibrilador/monitor ou cardioversor, com medidas de 45 cm x 35 cm. Sistema Elétrico: Cabo de força tripolar de 2 metros e 4 tomadas (2P+T) para alimentação de diversos equipamentos. Para-choque: Emborrachado em toda a extensão do perímetro lateral. Acessórios Inclusos: Suporte para soro com altura ajustável. Tábua de massagem cardíaca em acrílico. Suporte para cilindro de oxigênio. Duplo sistema de travamento das gavetas: Travamento frontal para lacre ou cadeado. Travamento lateral com fechadura e chave de segurança. Dimensões aproximadas: Altura: 520 mm, Largura: 725 mm, Comprimento: 1095 mm, Peso: 63 kg</p>				
10-14	29832910 442508	<p>BALANÇA ELETRÔNICA PEDIATRICA 15KG</p> <p>Balança digital de medição exclusiva para crianças até 2 anos de idade. Capacidade de pesagem de no mínimo 15 Kg. Graduação (precisão) de pesagem de, no máximo, 10 g. Mostrador (display) digital com indicadores de peso com no mínimo 5 dígitos. Função de tecla Tara (zero) no painel frontal. Construída em material resistente e de fácil limpeza. Bandeja no formato de concha anatômica e fabricada em material resistente, de metal, acrílico, plástico ABS,</p>	30	UN	1.264,98	37.949,40

		polipropileno, etc. Pés reguláveis, revestidos de material antiderrapante (borracha sintética, silicone, etc.) Chave seletora de tensão de 110/220V. Aferida e certificada pelo IPEM/INMETRO. Garantia mínima de 01 (um) ano. Acompanha manual de instrução de uso em idioma português. Assistência Técnica do equipamento deverá ser no Estado do Paraná, se não houver, a empresa vencedora deverá comprometer-se a realizar gratuitamente o traslado dos equipamentos até o local da Assistência Técnica. Marcas Sugeridas: • WELMY • FILIZOLA • URANO • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR.				
11-15	29832911 289731	GELADEIRA PARA GUARDA DE VACINAS – REGISTRADA NA ANVISA Características Mínimas: Equipamento vertical, com formato retangular, desenvolvido especificamente para o armazenamento científico de vacinas, com capacidade útil de 280 litros. O sistema de refrigeração deve contar com circulação de ar forçado e ser registrado na ANVISA. A câmara interna será em aço inoxidável, com quatro gavetas também em aço inoxidável, equipadas com sistemas de contra portas. O isolamento térmico deve ter, no mínimo, cinco centímetros, utilizando poliuretano injetado livre de CFC. A porta de acesso será vertical, com visor de vidro triplo e sistema antiembaçante. O equipamento deverá ser equipado com rodízios especiais com freio e apresentar degelo automático com evaporação de condensado. O painel de comando e controle deverá ser frontal e superior, de fácil acesso, com comando eletrônico digital microprocessado, programável de 2°C a 8°C, mantendo a temperatura controlada automaticamente a 4°C por solução. Deverá contar com sistema de alarme sonoro para temperaturas máxima e mínima, além de exibir no painel a temperatura de momento	5	UN	12.391,67	61.958,35

		máxima e mínima. O sistema deverá incluir um silenciador para o alarme sonoro e um alarme de falta de energia com bateria recarregável. Deverá ter chave geral de energia, luz interna temporizada com acionamento externo (mesmo com a porta fechada) por 50 segundos e acionamento automático na abertura da porta. O equipamento deverá operar em 110V, 50/60 Hz, com potência de 400 Watts e consumo de 148 kWh/mês. O manual do proprietário deverá estar disponível em português e incluir um discador telefônico para até três números. Além disso, deverá ter um sistema de emergência integrado que mantenha a temperatura ideal por 24 horas sem energia elétrica. A garantia contra defeitos de fabricação será de 24 meses.				
12-16	29832912 445595	LARINGOSCÓPIO DE FIBRA ÓPTICA COM LÂMINAS Descrição Básica: Dispositivo médico-hospitalar projetado para auxiliar na entubação endotraqueal. Especificações Técnicas Mínimas: Conjunto de laringoscópio com cabo em metal recartilhado, alimentado por pilhas do tipo C. Lâmpada LED com vida útil aproximada de 50.000 horas. Lâminas fabricadas em aço inoxidável, com transmissão de luz via fibra óptica. O conjunto deve incluir quatro lâminas do modelo Macintosh, nos tamanhos 1, 2, 3 e 4, e quatro lâminas do modelo Miller, nos tamanhos 1, 2, 3 e 4. Todas as lâminas devem ser isentas de pontos de solda e autoclaváveis. As lâminas e os cabos devem possuir um sistema codificado na cor verde, compatível com laringoscópios de fibra óptica de padrão internacional. Deve incluir um estojo para acondicionamento do conjunto e duas lâmpadas sobressalentes.	5	UN	741,83	3.709,15
13-17	29832913 425771	OTOSCÓPIO Equipamento para exame visual do ouvido, com fibra óptica em material de alta resistência. Conta com lâmpada halógena e lente de aumento de 2,5x, além de 5 espelhos permanentes de	10	UN	321,33	3.213,30

		plástico, com diâmetros aproximados de 2,5 mm, 3,0 mm, 3,5 mm, 4,0 mm e 8,0 mm. Deve possuir regulador de alta e baixa luminosidade, bem como encaixe para visor sobressalente. O cabo deve ser de aço inoxidável e de tamanho médio para pilhas comuns, com visor articulado e móvel ao cabeçote. Deve acompanhar lâmpada sobressalente, visor sobressalente, e um estojo reforçado para acondicionamento e transporte, contendo os espelhos permanentes e acessórios.				
14-18	29832914 613481	ESTADIOMETRO PEDIATRICO características mínimas: Faixa de Medição: de 0 até 1,00 m; Resolução: em milímetros; Graduação: 1 mm; Tolerância: + / - 5mm em 1,00m;	5	UN	173,33	866,65
15-19	29832915 304146	DETECTOR DE BATIMENTO CARDÍACO FETAL Modelo portátil, alimentado por bateria de 9 V, com compartimento para armazenamento do cristal. Deve ser acondicionado em um estojo de couro, facilitando a troca da bateria. Medidas: 4 x 8 x 18 cm (com variação permitida de $\pm 10\%$). O aparelho deverá apresentar a marca do fabricante e o número do lote de fabricação gravados.	10	UN	361,32	3.613,20
16-20	29832916 417775	PACK DE BATERIA 11.1V 2200mAh 30C Li-Po, Modelo de bateria recarregável de íon de lítio-polímero (Li-Po), com as seguintes especificações: voltagem de 11.1V, capacidade de 2200mAh e taxa de descarga de 30C. O pack inclui bateria com fio, pesa aproximadamente 165g, e é compatível para uso em cardioversores CMOS Drake, modelo Vivo (homologado). Código NCM: 8507.60.00	2	UN	624,90	1.249,80
17-21	29832917 441979	OXÍMETRO USO MÉDICO Tipo: Mesa, Faixa de Medição da Saturação: 0 a 100%, Faixa de Medição do Pulso: 20 a 250 BPM, Autonomia do Sistema: Aproximadamente 16 horas, Alimentação: Rede elétrica, Acessórios: Com sensor.	5	UN	2.412,05	12.060,25
18-22	29832918 447890	CAIXA TÉRMICA 15 LITROS Material: Polipropileno, Poliestireno, Polietileno, Poliuretano, Capacidade: 15 litros, Dimensões: 295 x 260 x 385 mm,	15	UN	318,44	4.776,60

		Características Adicionais: Equipado com termômetro digital simples e certificado de calibração, Aplicação: Transporte de hemocomponentes.				
19-23	29832919 373311	CAIXA TÉRMICA Fabricada em poliuretano expandido com densidade de 35 kg/m ³ , capacidade aproximada de 95,5 litros. Características adicionais: tampa articulada com trinco embutido, alça dupla para transporte e dreno para escoamento de líquidos.	2	UN	1.541,33	3.082,66
20-24	29832920 428265	MACA CLÍNICA Material: Aço Inoxidável, Tipo: Obeso, Acabamento da Superfície: Pintura Eletrostática, Rodízios: 4 rodízios de 8", sendo 2 com freio, Dimensões: Comprimento: Até 1,90 m, Largura: Cerca de 0,80 m, Altura: Cerca de 0,80 m, Capacidade de Carga: Até 300 kg, Componentes: Suporte para soro removível, Para-choque emborrachado. Características Adicionais: Cabeceira regulável por cremalheira, Grades escamoteáveis, Acessórios: Leito fixo com colchão em courvin.	2	UN	1.818,06	3.636,12
21-25	29832921 262348 617878	ESCADA CLÍNICA Escada clínica com dois degraus, construída em aço inox ou aço com revestimento anticorrosivo de cor branca. Reforçada, apresenta degraus revestidos em borracha antiderrapante, garantindo segurança e estabilidade. Os pés são equipados com ponteiros em borracha, prevenindo deslizamentos. Dimensões Estimadas: Altura Total: Aproximadamente 40 cm, Largura: Cerca de 50 cm, Profundidade: Cerca de 60 cm Degraus: Altura de cada degrau: Aproximadamente 20 cm, Largura de cada degrau: Cerca de 45 cm, Profundidade de cada degrau: Cerca de 30 cm	30	UN	126,80	3.804,00
22-26	29832922 399809	MESA DE EXAME CLÍNICO TUBULAR C/ SUPORTE PARA LENÇOL DE PAPEL 1,85 M Mesa de exames clínicos com estrutura tubular metálica esmaltada na cor branca (pintura epóxi ou eletrostática), leito acolchoado em espuma de poliuretano de 1ª qualidade, revestido em corvin, na cor azul, cabeceira reclinável	15	UN	1.349,33	20.239,95

		manualmente através de cremalheira, pés com ponteira de borracha. Acompanha suporte para lençol de papel de 50mm. Dimensões aproximadas de 1,85m de comprimento X 0,50m de largura X 0,80m de altura.				
23-27	29832923 211580	<p>CAMA PARA EXAME GINECOLÓGICO TIPO DIVÃ</p> <p>Estrutura em MDF com espessura mínima de 15 mm, de fabricante certificado, revestido em laminado decorativo na cor bege. Possui duas gavetas e uma porta em cada lado, além de uma porta central com prateleira interna. Puxadores metálicos cromados. O revestimento interno deve ser do mesmo material da parte externa. Gavetas deslizantes com corrediças telescópicas e dobradiças de 35 mm. O leito é estofado e revestido em courvin marrom, com ajuste nas partes anterior e posterior por cremalheiras duplas em aço inoxidável, com no mínimo quatro posições. Acompanha perneiras anatômicas em poliuretano injetado, com ajuste de altura e mobilidade ântero-posterior, fixadas em estrutura de no mínimo 14 x 5,5 cm. A gaveta para escoamento de líquidos é em aço inox, com puxador de inox, ajustada para evitar acúmulo de sujeira, e com recuo interno de no máximo 2 cm. Dimensões do móvel (variação permitida de 5%):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comprimento: 1,85 m; • Largura: 0,64 m; • Altura: 0,76 m. <p>Dimensões do estofamento (variação permitida de 5%):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comprimento: 1,85 m; • Largura: 0,64 m; • Altura na cabeceira: 0,15 m; • Altura nos pés e parte central: 0,10 m. <p>Revestimento estofado com espuma de densidade 28, coberta com courvin soft marrom.</p>	5	UN	2.731,10	13.655,50
24-28	29832924 617671	<p>MESA AUXILIAR PARA MATERIAL GINECOLOGICO</p> <p>Mesa com tampo e prateleira em chapa de aço inoxidável, espessura 20, com acabamento polido. Estrutura composta por pés em tubo de aço medindo 1 x 1,20</p>	5	UN	688,72	3.443,60

		mm, equipados com rodízios giratórios de 3' de diâmetro, com aros de rodas em polietileno. As extremidades são projetadas sem arestas para maior segurança. A prateleira é fixada por solda com acabamento liso. Dimensões aproximadas: 0,40 x 0,60 x 0,80 m. O produto oferece garantia de 1 ano e é fabricado de acordo com os Padrões Internacionais de Qualidade e Normas da ABNT. Registro no MS/ANVISA obrigatório.				
25-29	29832925 416184	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO COMPLETO Descrição Geral: Conjunto de equipamentos odontológicos compatíveis, produzidos pelo mesmo fabricante, composto pelos seguintes componentes: • Cadeira Odontológica: Estrutura: Fabricada em aço com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi ou eletrostática lisa. Estabilidade: Estática e dinâmica em todas as posições de uso, suportando uma capacidade mínima de 140 kg. Base: Protegida por borracha ou material similar. Estofamento: Revestido em PVC laminado sem costuras, na cor verde clara. Apoio para pés: Proteção plástica. Braços: Design que facilita o acesso do paciente. Encosto de cabeça: Articulável com movimento longitudinal. Comandos: Acionamento elétrico com atuadores hidráulicos ou motorreductores. Pedal: Controle dos movimentos de subida e descida do assento e encosto. Alimentação: Elétrica 110V ou bivolt (60 Hz), conforme a rede local. Documentação: Fornecimento de plantas baixas e demais necessárias para instalação, manuais de operação e de serviço com diagramas detalhados dos sistemas elétricos, mecânicos e hidráulicos. Garantia: Mínimo de 12 meses. • Equipo Odontológico (Tipo Cart ou Acoplado): Tipo Cart: Montado sobre rodízios com tratamento anticorrosivo. Tipo Acoplado: Braço articulado com movimento horizontal e vertical, com batentes de fim de curso. Componentes: Três terminais: 01 para micromotor com	4	UN	14.986,72	59.946,88

		<p>spray (tipo borden), 01 para alta rotação (tipo borden), 01 seringa tríplice. Suporte das pontas com acionamento individual e automático. Pintura epóxi ou eletrostática lisa. Sistema de desinfecção de dutos de água e spray com válvula anti-refluxo. Pedal com controle progressivo de rotação dos instrumentos. Caixa de ligação independente da cadeira, mangueiras arredondadas e lisas, com acessórios necessários para instalação. Reservatório de água transparente ou translúcido, com capacidade mínima de 500 ml. Bandejas removíveis de aço.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade Auxiliar: Cuspideira: Bacia removível em porcelana ou cerâmica, com ralo separador de detritos e registro para acionamento da água. Terminais de Sucção: Mínimo de 2 terminais com diâmetro aproximado de 6,5 mm, mangueiras e terminais lisos. Estrutura: Em alumínio ou aço com proteção anticorrosiva, pintura epóxi ou eletrostática lisa. • Refletor Odontológico: Material: Tubo de aço com pintura eletrostática. Componentes: Cabeçote com espelho multifacetado e protetor acrílico. Comando: Interruptor e pedal. Fonte de Luz: Lâmpada halógena com até 2 intensidades de luz branca monofocal. Fixação: Acoplada à cadeira. Garantia: Mínimo de 12 meses. 				
26-30	29832926 440855	<p>CONTRA ÂNGULO Intra MX com Refrigeração Externa ao Corpo. Descrição Geral: Contra ângulo acoplável ao micromotor com sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos à broca por meio de um conjunto de eixos e engrenagens, com razão de transmissão 1:1. Especificações Técnicas: Corpo: Fabricado em alumínio anodizado, com giro livre de 360° sobre o micromotor. Ângulo de trabalho: 20° entre o eixo longo e o pescoço da cabeça. Trava da broca: Sistema de lâmina de aço deslocável lateralmente, com encaixe adaptável ao canal da broca. Spray: Externo ao corpo para refrigeração eficaz. Conexão: Sistema INTRA. Velocidade: Variável de</p>	8	UN	432,50	3.460,00

		3.000 a 20.000 rpm, com função de reversão. Pressão de ar: Entre 60 a 80 PSI. Consumo de ar: 65 L/min. Razão de transmissão: 1:1. Autoclavável: Resistente à esterilização a 135°C. Peso: Aproximadamente 90 g. Nível de ruído: Máximo de 70 dB. Registro: Certificação junto à ANVISA.				
27-31	29832927 450977	MICROMOTOR COM SPRAY EXTERNO para refrigeração, fornecido através de mangueira siliconada. O sistema intra possui encaixe rápido, permitindo a rotação de 360° das peças acopladas. Conexão padrão tipo Borden (universal 2 furos). Velocidade ajustável de 3.000 a 20.000 rpm, com reversão de rotação acionada por anel giratório acoplado ao corpo. O equipamento possui baixo nível de ruído e é autoclavável a até 135°C, suportando mais de 1000 ciclos. Especificações Técnicas: Spray: Externo ao corpo, Conexão: INTRA, Velocidade: 3.000 a 20.000 rpm, com reversão. Pressão de ar: 60 a 80 PSI, Consumo de ar: 65 L/min, Razão de transmissão de velocidade: 1:1. Autoclavável: Até 135°C, Peso: 90 g, Nível de ruído: 70 dB, Registro ANVISA obrigatório, Assistência técnica disponível em todo o Estado do Paraná. Marcas Sugeridas: • DENTSPLY SIRONA • NSK • KAVO • OU OUTRA DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR.	8	UN	392,53	3.140,24
28-32	29832928 410460	FOTOPOLIMERIZADOR LED SEM FIO Indicado para fotopolimerização de resinas compostas ou qualquer material sensível à faixa de luz no espectro de 440 nm a 480 nm. Equipamento sem fio, com tecnologia avançada para fotopolimerização através de luz LED. Especificações Técnicas: Potência: Mínima de 1200 mW/cm². Alimentação: Bivolt automático. Emissão de luz: Produção mínima de calor, preservando a integridade da polpa dentária. Ponteira: Em fibra óptica, autoclavável e removível	4	UN	431,35	1.725,40

		para garantir biossegurança. Biossegurança: Permite assepsia completa sem danificar os componentes eletrônicos. Garantia: Mínima de 1 ano.				
29-33	29832929 437845	APARELHO DE ULTRASSOM COM JATO DE BICARBONATO Equipamento destinado à profilaxia odontológica, composto por sistema de ultrassom e jato de bicarbonato integrados. Deve possuir jato de bicarbonato com regulagem de água no spray e ultrassom com frequência de 30.000 Hz, oferecendo 5 níveis de potência ajustáveis: baixa, baixa/média, média, média/alta e alta. O equipamento deve incluir no mínimo 3 ponteiros autoclaváveis, de diferentes formatos e funções, e duas capas removíveis para autoclavagem. Deve possuir regulagem de água no spray, seleção de potência de uso e filtro de ar com drenagem automática. Os recipientes para bicarbonato devem ser de fácil limpeza. A estrutura do equipamento deve ser pintada com acabamento liso em epóxi na cor branca, com operação digital e caneta transdutora do ultrassom autoclavável. O aparelho deve ser bivolt, com frequência de 50/60 Hz, pressão de entrada de água entre 14 e 40 PSI, e pressão de entrada de ar entre 60 e 80 PSI. Deve ser fornecido com garantia mínima de 12 meses.	4	UN	1.688,34	6.753,36
30-34	29832930 411072	MOCHO ODONTOLÓGICO Equipamento com elevação do assento a gás, acionada por alavanca na base do assento, permitindo ajuste de altura. O encosto é regulável e possui ajuste de aproximação, proporcionando maior conforto ao usuário. A base conta com 5 rodízios para fácil mobilidade. O estofamento é resistente, com base rígida, revestido em PVC sem costura e espuma de densidade controlada. As medidas aproximadas do mocho são: altura ajustável entre 45 cm e 65 cm, diâmetro do assento de 35 cm e largura do encosto de 30 cm.	8	UN	526,25	4.210,00
31-35	29832931 407026	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	20	UN	417,30	8.346,00

		Caneta de alta rotação com cabo invertido no mesmo sentido da cabeça, aumentando a visibilidade do operador durante o procedimento cirúrgico. Cabeça mediana, angulação de 45°. Alto torque, confeccionada em alumínio anodizado, o que possibilita leveza e excelente acabamento superficial, facilitando a desinfecção; cabeça com linhas arredondadas; baixo nível de ruído; sistema de rolamentos apoiado. Peso g 38 a 44. Rotação (rpm) 0 a 420.000. Fixação da broca (saca broca). Pressão (psi) 30 a 40. Consumo de ar (L/min) 42. Consumo de água (ml/min) 42. Nível sonoro (dB)69 – Registro ANVISA e assistência técnica em todo Estado do Paraná.				
32-36	29832932 442257	BOMBA DE VÁCUO ODONTOLÓGICO Com sistema automático de descarga dos resíduos diretamente ao esgoto, com motor de eixo em aço inox, com no mínimo 01 HP/CV de potência, tensão 110v, vácuo máximo de até 500 mm/HG, vazão de ar mínima de 400 l/min, com filtro de entrada de água, com separador de resíduos (biossegurança), com bomba construída totalmente em bronze (Flange, rotor e tampa), com protetor térmico intermitente protegendo o circuito eletrônico contra quedas de tensão na rede elétrica	4	UN	3.544,75	14.179,00
33-37	29832933 413212	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO Com pintura interna do reservatório antioxidante, protetor térmico, proteção para o motor elétrico e filtros na entrada e saída de ar. Atende 1 ou mais consultórios odontológicos. Informações Técnicas: Tensão: 110V ou 220V Potência: mínima 1.700W (2.28 HP), deslocamento teórico aproximado 424 L/min, pressão Máxima: 8 Bar, baixo ruído, garantia: 1 ano e assistência técnica	5	UN	2.934,17	14.670,85
TOTAL						582.229,35

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) publicação no PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;

III) Id do item no PCA: 50, 51 e 52 (os demais itens não constam no PCA 2024);

IV) Classe/Grupo: 6520 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DENTÁRIOS

V) Identificador da Futura Contratação: 987541-104/2024.

2.3. Alguns itens desta contratação não estão previstos no Plano Anual de Compras/Contratações de 2024. Isso ocorreu devido à liberação e disponibilização dos recursos após a publicação do plano anual de contratações do município, bem como ao fato de que alguns equipamentos estavam em perfeito funcionamento e não necessitavam de substituição na época. Além disso, a inclusão desses itens atende à necessidade e viabilidade da demanda atual, justificando sua inclusão, mesmo sem previsão inicial no plano anual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Conforme delineado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), fica evidente a necessidade de garantir que as unidades da Secretaria Municipal de Saúde possuam as condições técnicas necessárias para desenvolver suas atividades de forma eficiente. Diante disso, conclui-se que a formalização do registro de preços para aquisição dos bens é a maneira mais adequada e eficaz de proceder.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A presente contratação atende às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU).

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte,

ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.5. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência – Anexo I -RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 3, DE 9 DE OUTUBRO DE 2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Dedi Barrichelo Montagner, 425, centro, Dois Vizinhos – PR.

5.4. Comprovado que o produto não corresponde às especificações constantes na proposta ou apresente algum defeito, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a corrigi-lo/substituí-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.6. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), estabelece diferentes prazos de garantia para produtos. No caso de materiais odontológicos hospitalares, os prazos são:

5.7. Garantia Legal: 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis.

5.8. Garantia Contratual: Pode ser oferecida pelo fornecedor, além da garantia legal, e deve ser explicitamente descrita no contrato ou no certificado de garantia fornecido ao consumidor.

5.9. Para materiais odontológicos hospitalares, o prazo de garantia legal será de 90 dias, por se tratarem de produtos duráveis.

5.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.11. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.12. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.13. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.14. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.15. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.16. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de

retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.17. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.18. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.19. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.20. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.21. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Cláusula Antifraude e Anticorrupção

6.6. Para o presente certame licitatório, cujo objeto é a aquisição de Bens, fica estabelecido que, em conformidade com as Diretrizes Anticorrupção do Banco Mundial e suas políticas e procedimentos de sanções vigentes, conforme estabelecido na Estrutura de Sanções do WBG, descrita no Anexo II – Diretrizes Anticorrupção – BIRD, os licitantes devem permitir e devem fazer com que seus agentes (declarados ou não), subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e seus funcionários, permitam que o Banco inspecione todas as contas, registros e outros documentos relacionados com qualquer processo de seleção inicial, processo de pré-qualificação, apresentação de propostas, envio de propostas e execução de contrato (no caso de adjudicação), e tê-los auditados por auditores indicados pelo Banco.

6.7. No âmbito deste Contrato, cujo objeto é a aquisição de Bens, o Fornecedor deve permitir e deve fazer com que seus agentes (declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores e funcionários, permitam que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco Mundial inspecionem o local e/ou as contas, registros e outros documentos

relacionados com o processo de aquisição, seleção e/ou execução de contrato, e ter tais contas, registros e outros documentos auditados por auditores nomeados pelo Banco Mundial. Deve o fornecedor, assim como, seus subcontratados atender ao determinado no Anexo II – Diretrizes Anticorrupção – BIRD, que preveem, entre outros, que atos destinados a impedir substancialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco Mundial constituem uma prática proibida sujeita à rescisão do contrato (bem como a uma declaração de inelegibilidade de acordo com os procedimentos de sanções vigentes do Banco Mundial).

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.9. Fica designada como gestora a Sra. Claudete Meurer. A fiscalização administrativa será de responsabilidade da servidora Andrea Regina Pellin Cagnini, enquanto a fiscalização técnica de Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida e de recebimento ficará a cargo do servidor Tairone Alan Mezzomo.

6.10. A fiscalização se dará através do acompanhamento dos prazos de entrega dos produtos solicitados, e notificação se por ventura ocorrerem atrasos ou descumprimentos

Fiscalização Técnica

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de

gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Estabelece que a aplicação da multa por mora não impede que a Administração a converta em compensatória, além de permitir a rescisão unilateral do contrato, com a aplicação cumulativa de outras sanções. Assim, cabe à Administração, conforme as circunstâncias do objeto, determinar

o prazo limite para a mora do contratado, após o qual a execução deixa de ser eficaz e justifica a substituição da multa moratória pela compensatória, bem como a rescisão contratual.

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do contrato.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos

na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/11/2024

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5o, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME no 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei no 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei no 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação Técnica

Como requisitos específicos da contratação serão requeridos os seguintes documentos, além de todos os obrigatórios na Lei de Licitações:

9.30. Atestado de Capacidade Técnica que comprove o fornecimento de itens de características semelhantes ao objeto desta licitação.

9.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.34. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.35. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.36. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.37. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.38. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.39. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.40. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. Disposições gerais sobre habilitação

10.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.223.587,46 (um milhão, duzentos e vinte e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde
- II) Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde;
- III) Projeto ou Atividade: 10.301.0007.2042 – Saúde/Atenção Básica;
- IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente;
- V) Fonte de Recurso: 04062 E 01183 1018/12/99/00/00 FNS/INCREMENTO TEMPORÁRIO-PROPOSTA 25000.166386/2023-47-VERMELHO

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 9 de dezembro de 2024

Andrea Regina Pellin Cagnini
Agente Administrativo
Responsável pela Elaboração do TR
Matrícula Funcional 19203

Claudete Meurer
Gestora de Saúde





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FDB3-C217-97B9-E280

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI (CPF 073.XXX.XXX-50) em 12/12/2024 08:22:49 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 12/12/2024 08:41:50 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/FDB3-C217-97B9-E280>